

2.

Resistência e resignação nos lugares: quando a gestão pública produz corpos doentes

O entendimento sobre as posturas de resistência e de resignação presentes em Honório Gurgel somente poderão ser compreendidas se colocarmos em pauta não só o contexto político do bairro, mas também a organização política vigente no Brasil, atualmente. Essa discussão traz a compreensão do cenário dos movimentos sociais, principalmente os urbanos, e também a falta de cultura política que gera indivíduos resignados, bem como lugares e corpos doentes.

O presente capítulo objetiva apresentar o cenário político de mobilização em Honório Gurgel reforçando-se a ideia de que manobras como a cooptação são responsáveis pela manutenção do *status quo* de conformismo e apatia política lá vigentes, derivando em problemas de saúde aos habitantes.

Em meio à postura de resignação dos moradores do bairro de Honório Gurgel emerge um grupo disposto a pressionar o Estado em relação ao controle dos impactos gerados pela Estação de Transferência Ciclus lá alocada. Essa seção se destina também a identificar os canais diversos buscados pelos moradores resistentes e que podem ser capazes de minorar as transformações nocivas que tal gestão pública vem gerando nessa região da cidade do Rio de Janeiro.

2.1.

A gestão na organização do território: que políticas podem trazer o cidadão para o poder?

O exercício do poder político inclui tensões que emergem nas relações assimétricas de poder. De acordo com Castro (2005), o território é tanto “um meio como uma condição de possibilidade de algumas das estratégias de exercício do poder” (p.95). Portanto, o exercício do poder em seu caráter assimétrico terá desfecho sobre a base territorial pretendida.

A autora utiliza o território nessa discussão, já que o conceito é fundamental para a geografia política privilegiando as relações de poder em uma

perspectiva jurídico-política⁹⁵ que insere também “(...) todas as relações espaço-poder-institucionalizadas” ganhando dessa forma “(...) ampla tradição no campo das questões políticas” (HAERSBAERT, 2004, p. 40; 62).

Nessa perspectiva elencada pelo geógrafo citado, o território é visto não exclusivamente, mas principalmente, relacionado ao poder político do Estado. Trata-se de “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder” (IDEM, 2004, p.40). O mesmo autor apresenta mais de uma concepção de território, explicando que elas se originaram de ciências distintas, cabendo lembrar que, no mundo contemporâneo, os territórios estão poucas vezes restritos a características exclusivamente políticas ou econômicas ou culturais.

Esses múltiplos territórios estão sempre conectados. No caso desse estudo, o bairro de Honório Gurgel é conectado à questão territorial através dos vieses políticos, relacionados ao poder do Estado instituído, e os gerados pelas relações sociais e culturais dos seus moradores, tendo seu cotidiano, a partir da alocação da Ciclus, alterado por diversas demandas empresariais.

Ao discorrer sobre as políticas de ordenamento territorial, ainda Haersbaert (2004) reforça a importância em se considerar duas características básicas do território, que seriam:

Seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões (p. 76).

Dessa forma, devemos considerar que os territórios são múltiplos escalarmente, o que o autor denomina “multiterritorialidade”, já que experimentamos vários territórios ao mesmo tempo (IDEM, 2004, p.344). Santos (1994) explica que o uso que se faz do território, e não o território em si, que o faz objeto de análise, por isso território para este autor é um híbrido que transcendeu as definições exclusivamente estatizadas ao tornar-se “transnacionalizado”, a partir da globalização.

⁹⁵ Sobre as concepções do território, e sua tradição jurídico política consultar obra de Rogério Haersbaert (2004, p. 37-42; 62-68).

Retomando às explicações de Castro (2005), este define o campo da geografia política como “a relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade” (p.79), logo, a geógrafa conclui que os conflitos se materializam nos territórios, se acomodando de acordo com os interesses dos atores que têm mais poder em diferentes momentos.

Como visto anteriormente, a concepção de poder em Castro (2005) que ‘se manifesta em situações relacionais assimétricas’ (p.98) pode ser concebida como uma forma de impor uma vontade à parte mais fraca de uma relação. Para a autora, há três formas de ele – o poder⁹⁶ – ser expressado: na sua forma despótica, o fundamentado na autoridade e o político.

Das três formas de poder, a que nos interessa neste trabalho é o viés político, pois este se materializa no espaço, constituído em espaço político, que deve ser o lugar do encontro, dos conflitos, dos acordos e das normas (p.105), fazendo-o com que tenha sempre caráter espacial.

A teórica reforça a ideia de que o espaço geográfico é intrinsecamente político, se constituindo como “arena de conflitos e, consequentemente, de normas para a regulação que permite seu controle” (p.139). As relações de poder que caracterizam o espaço político nas sociedades modernas em sua maioria fazem com que a organização institucional se dê pela figura das democracias representativas, o que foi resultado de demandas organizadas pela sociedade civil para a mediação de conflitos e para que projetos sociais, individuais e coletivos pudessem ser alcançados.

Esse modelo pretensamente democrático e chamado por Baquero (2003) de ‘democracia formal’ acumula, segundo o mesmo autor, contradições que não poderiam ser resolvidas apenas por meio de ajustes dentro dos padrões institucionais vigentes, já que tal crise se origina de fatores como:

⁹⁶ Para melhor compreender as três formas elementares de poder, ver Castro (2005), p. 103-106

(a) O declínio da participação política oriunda da insatisfação com as ações dos representantes (os políticos); (b) Perda da capacidade de governança por parte dos estados, com o processo o fortalecimento do processo de globalização; (c) O declínio das bases sociais de participação democrática política e social paralelamente a uma crescente exclusão social; (d) Dessa forma a sociedade civil é afastada tanto quanto ente de controle e fiscalização tanto das instituições estatais, quanto das organizações privadas (BAQUERO, 2003, p. 85, adaptado).

O autor explica que trazer as pessoas para a esfera pública, ou seja, considerar o cidadão na política é fator indispensável para a busca de mecanismos que ofereçam uma democracia social mais justa. Para ele, é fundamental, nessa transição, a capacidade de o Estado e suas instituições “aceitarem e valorizarem essa participação. Uma democracia social sem políticos ou cidadãos está fadada ao fracasso” (p. 84). Ele ainda esclarece que apenas a atuação de instituições democráticas constituídas de cima para baixo não seria suficiente para promover estabilidade política, tão pouco a justiça social.

A menos que os cidadãos tenham fé nessas instituições e envolvam-se em atividades de auto governança, a democracia enquanto conceito e enquanto prática pode tornar-se algo destituído de significado, usado para legitimar práticas autoritárias e de corrupção institucionalizada, pois a cidadania social não se faz presente (BAQUERO, 2003, p. 84).

De acordo com o autor, esse tipo de organização política, que embora preconize a participação popular não a valoriza, reforçando o caráter hierárquico dos que governam e os governados a uma crescente passividade. Assim, ele argumenta que a revalorização da política da sociedade civil e, conseqüentemente, o papel do cidadão como sujeito integrante das políticas públicas não deve se restringir à dimensão institucional formal.

Baquero (2003) ainda destaca que não se trata de desconsiderar as instituições em sua importância e nem tentar adequá-las a um segundo plano, mas sim de “incorporar explicações alternativas aos déficits democráticos observados no país, além da engenharia institucional”. (p 88).

Assim, é possível analisar as razões que limitam a participação popular e geram uma cultura política subordinada e passiva nas diversas escalas. Nesta seção buscaremos compreender, principalmente, as problemáticas que culminam no enfraquecimento da reivindicação popular na escala local, já que, de acordo com a discussão travada por Castro (2005), é a espacialidade que faz diferença

nos efeitos que o poder político pode ter e, neste sentido, “as escalas jogam um papel importante, não sendo possível utilizar a categoria poder na geografia sem considerar como as relações mudam quando as escalas mudam” (p. 105).

É no local e nas tensões emergentes dele que será possível compreender como se dão resistência e resignação como posturas socioespaciais no que se refere ao problema da presença da Ciclus para os moradores de Honório Gurgel.

Aliada à compreensão da participação no local, será necessário recorrer ao entendimento da importância dos movimentos sociais, principalmente a partir do período que Gohn (1997) chama de “crise de mobilização”, referindo-se às mudanças nos movimentos referentes ao período entre as décadas de 1980 e 1990, em relação ao processo de redemocratização do país.

2.1.1.

O cenário de enfraquecimento na participação pública dos movimentos sociais urbanos

Gohn (1997) ressalta que, desde o fim da década de 1980 e ao longo da década de 1990, houve uma ressignificação do papel dos movimentos sociais, principalmente em referência à participação popular, tornando-se uma das prerrogativas na Constituição Federal de 1988. Ela explica que enquanto autores estrangeiros evidenciaram muito mais a importância dos movimentos sociais como elementos fortalecedores do processo da redemocratização no país, outros autores brasileiros apontavam o cenário como uma fase de enfraquecimento dos movimentos sociais.

A autora clarifica as dissonâncias expondo o fato de que os movimentos que se enfraqueceram foram especificamente os movimentos sociais urbanos⁹⁷. Para ela, se tratam de crises oriundas de transformações internas e externas. As internas estão ligadas à constituição das militâncias cujas características sustentavam as lutas, principalmente nas décadas de 1970 e 1980.

⁹⁷ Para Gohn (1997, p. 321), trata-se de uma crise nos movimentos populares urbanos. O tipo e a forma de análise desta crise também são diferentes, segundo os autores. Para uns, isto se deve ao perfil aparelhista daqueles movimentos (ABREU, 1992); para outros, porque não conseguiram encontrar seu lugar, presos pela lógica leninista (com excesso de rigidez organizacional) ou movimentista (com excesso de assembleísmo) (CASTAGNOLA, 1987); outros ainda defendem que os movimentos reproduzem as contradições que buscam superar (CARDOSO, 1987).

Essas mudanças incidiram mais diretamente sobre os movimentos populares urbanos, pois foram estes que segundo Gohn (1997) “ocuparam o cenário e o imaginário das representações sociais no Brasil, e enfrentou decréscimo da militância e da mobilização nas ruas” (p. 321). As externas estão relacionadas às mudanças que ocorreram nos contextos nacional e internacional no que tange “as correlações de forças políticas, atores e interlocutores privilegiados nos fóruns de discussões e agendas das políticas públicas”. (p. 321)

Os chamados novos movimentos sociais, que lutam por questões de direitos no plano da identidade ou igualdade, embora tenham declinado bastante nos anos 90 no cenário internacional enquanto movimentos sociais e assumido mais um papel institucional enquanto ONGs, no Brasil permaneceram e alguns até cresceram, com o apoio de ONGs e movimentos internacionais, como é o caso do movimento indígena. Embora não caminhe no fluxo das grandes mobilizações, continuaram a se ater a grupos específicos, daí a alcunha de grupos de minorias. Em síntese, os movimentos que entraram em crise, não apenas de mobilização, mas de estruturação, objetivos e capacidade de intervir na esfera política, foram alguns movimentos populares demandatários de bens de serviços para suprir carências materiais básicas. E isto num momento em que a crise econômica gerou grandes contingentes de excluídos socioeconomicamente, hordas de miseráveis que perambulam pelas ruas das cidades e pelos campos do país (GOHN, 1997, p.322).

Francisco Oliveira (*apud* GOHN, 1997) afirmou que a situação dos movimentos sociais não se tratou de uma crise, mas sim de um processo de democratização. O autor afirma que o que houve foi uma mudança no modo de interlocução entre os movimentos e Estado. Mas para a mesma autora, mesmo com esse entendimento teórico, “militantes, lideranças e assessores diretos dos movimentos sociais sentem e falam em crise” (p.322). Isso acontece porque as dificuldades que os movimentos, principalmente os urbanos enfrentam estão para além da mobilização.

Os movimentos sociais urbanos, na perspectiva de Santos (2009), existem contra uma determinada situação de vida no ambiente urbano, que se relaciona a questões que vão desde as problemáticas ligadas ao uso do solo, apropriação dos espaços públicos e o chamado “direito à cidade” até às questões relacionadas à violação dos direitos humanos e direitos de igualdade dos grupos marginalizados. Os grupos tentam, a partir de ações concretas, mudar o *status quo* (p.1).

Gohn (1997) entende os movimentos sociais como grupos que promovem práticas de conscientização onde há possibilidades para a organização do coletivo, frente ao contexto social e de intenções determinadas em contextos históricos definidos e reforça que o espaço ‘como lugar’ é onde se torna possível a ação e a resistência através dos atores sociais, pois nesse fragmento espacial deve ocorrer a união entre materialidade e ação humana. A possibilidade do acontecimento das ações está no espaço e essas ações simultaneamente se tornam parte integrante do espaço.

No período que compreende o fim da década de 1970 e na década de 1980, ocorreu o fortalecimento desses movimentos no Brasil em virtude principalmente dos movimentos surgidos da ligação com as chamadas “Comunidades Eclesiais de Base⁹⁸” (CEB’s) da Igreja Católica e ao movimento sindical. Paulatinamente, outros movimentos foram ganhando força nas cidades como os movimentos de cunho ecológico, feministas e de luta contra a discriminação racial e de orientação sexual. Nesse sentido, Santos (2009) ressalta que a cidade era “o lugar privilegiado para a deflagração de movimentos desse tipo”. (p. 1)

Fatores como a impermeabilidade das lideranças por parte dos integrantes às críticas em relação a eles reforçadas por um único pensamento que se impõe dentro do movimento e outras questões que estão dentro do plano dos interesses atrapalharam a retomada de fôlego desses movimentos, e fez com que os mesmos não tivessem conseguido se adequar ao novo contexto democrático da sociedade brasileira pós-1988.

Baquero (2003) argumenta que a ênfase nas instituições se tornou algo necessário e inevitável durante a redemocratização brasileira, já que uma das primeiras etapas de retomada da democracia era a “reconstituição das instituições políticas”. No entanto, para ele é possível perceber, historicamente, que mesmo com a presença das instituições políticas chamadas *poliárquicas*, “(...) o país não

⁹⁸As CEBs são caracterizadas por Burdick (1998), como sendo “congregações católicas nas quais o clero e os agentes pastorais estão engajados, de uma forma ou de outra, em esforços para despertar a consciência política e social” (p. 11). Para ele, o aspecto mais marcante das CEBs é a presença dos grupos de reflexão, nos quais, com ajuda dos manuais ou pequenos folhetins católicos, e às vezes com ajuda de um agente pastoral, os “membros leem a Bíblia juntos, discutem suas implicações no que diz respeito ao dia-a-dia de suas vidas, e são inspirados tanto na direção da justiça social quanto por ela mesma”. (BURDICK, 1998, *apud* COSTA, 2000, p. 34)

conseguiu reverter seus padrões tradicionais de autoritarismo e práticas populistas”. (p, 88)

Utilizando o pensamento de Baierle (1994), Gohn expõe que é necessário o rompimento com o que o autor chama de “(...) mito dos movimentos sociais como sujeitos dotados de unidade objetiva e em processo de mobilização permanente dentro das estratégias pré-concebidas” (p.324).

Dessa forma para a autora (1997), a crise que esses movimentos enfrentam é estratégica em relação à adequação à “(...) institucionalidade democrática”. O novo momento político do país, principalmente na década de 1990, passou a exigir que os movimentos sociais assumissem um caráter mais propositivo, já que esses acontecimentos resultaram em:

Um embate, entre a cultura política tradicional vigente no país – clientelista, de redes de solidariedade baseadas nas relações pessoais e nos interesses grupais, particularistas – e a cultura de novos valores apreendida pela militância. Esta nova cultura, infelizmente, não é típica do conjunto associativo geral agregado em movimentos sociais populares (GOHN, 1997, p.325).

O fortalecimento das instituições como aspecto necessário da redemocratização brasileira traz um importante aspecto para a compreensão da postura resignada dos movimentos sociais e da sociedade civil em geral. O comportamento autoritário dessas instituições em relação às questões públicas resultou também em um isolamento e afastamento dos governantes dos problemas mais urgentes, evidenciando certa impotência dos governos em valer-se das instituições vigentes na realização de efetivas mediações de relações sociais autônomas.

Em relação às instituições, se faz necessária a superação de outro mito: o da redução da democracia ao processo técnico “sem examinar seu verdadeiro conteúdo, que é o resultado da soma de valores éticos e culturais historicamente determinados” (BAQUERO, 2003, p.88).

A citação acima mostra que os movimentos sociais urbanos não se desvencilharam de uma cultura política pautada no clientelismo e que esta, aliada ao contexto social e econômico daquela época, se traduziu em decadência.

A Constituição Federal de 1988 construiu mecanismos para a participação popular que Santos (2009) entende como ferramentas para o exercício do poder popular através de instituições representativas. A autora explica que, aos poucos, essa busca dos movimentos

(...) deixou de ser uma bandeira de luta, para, aos poucos, ir tornando-se realidade, com dificuldades é certo, pois os obstáculos políticos são muitos. Além da necessidade de aprendizagem para o exercício de práticas democráticas, em um país em que foram raros os períodos de amplas liberdades para a participação política (...). Os movimentos populares foram elaborando os seus projetos na prática cotidiana, no desenrolar das lutas, pela moradia ou pela posse da terra, por serviços de saúde, por meios de transportes eficientes. Durante este processo, os participantes dos movimentos descobriram os seus direitos sociais, conscientizando das causas da segregação socioespacial, identificando os espaços socialmente diferenciados. Assim, durante a luta foram sendo explicitadas as diferentes formas da apropriação da cidade pelos diferentes grupos sociais (SANTOS, 2009, p.4).

Essa autora ainda ressalta que, ao fazermos referência aos movimentos urbanos, os designamos como populares, pois essa é uma referência fundamental na caracterização desses movimentos. No entanto, é importante lembrar que esses movimentos não são unicamente populares, pois seu caráter é político. Para ela, a mobilização busca o enfrentamento ao *status quo*, o que o difere de outros movimentos de caráter reivindicatório envolvendo as demais classes ou as camadas mais abastadas da população.

Assim sendo, os movimentos sociais têm atuação sobre problemáticas urbanas ligadas ao uso do solo, mas não somente a isso: esses movimentos, na escala do urbano, se relacionam ao direito à cidadania. Na década de 1990, surgiram nas cidades movimentos que não eram unicamente populares e também não unicamente urbanos. Chamados de ‘novos movimentos sociais’, esses grupos passaram a identificar ‘novas formas de opressão’ com relação à cidadania e aos direitos universais⁹⁹. Ao surgirem na Europa no fim dos anos 1970, esses movimentos populares urbanos se espalharam pelo mundo em urbanização, se insurgindo contra as ditaduras militares espalhadas pela América Latina.

⁹⁹ Para Santos (2009), esses movimentos se referem desde as reivindicações mais gerais até às mais específicas: movimentos por direitos civis, ambientalistas, por direitos de grupos etários (de jovens, ou de idosos) ou de gênero (movimento feminista), étnicos, religiosos, sexuais, pela paz etc. São reivindicações diferentes daquelas produzidas pelas relações de produção capitalista. São movimentos, que após os anos 1970, surgiram na Europa com a crise do estado do bem-estar social e da própria sociedade industrial, empreendidos principalmente pela classe média e relacionados às questões ambientalistas, sexuais, de gênero (movimento feminista), entre outras.

Santos (2009) aponta que os movimentos sociais urbanos têm a possibilidade de contribuir para a conquista de espaços que efetivos de participação popular na sociedade civil corroborando a afirmação de Gohn (1991) para quem esses movimentos podem contribuir na formação política das camadas populares, pois têm condições de dotarem os cidadãos de poder de reivindicação, o que pode alterar as decisões impostas pelos que detêm o poder. Contudo, a adoção de uma postura de protagonismo político pela sociedade civil, notadamente pelas classes mais populares, ainda que através da participação em movimentos urbanos, exige que esta seja dotada de cultura política para assumir conscientemente a luta, sabendo o que a mesma implica e pelo que se luta.

Para Chauí (1995), a cultura política trata de “estimular formas de auto-organização da sociedade e, sobretudo das camadas populares, criando o sentimento e a prática da cidadania participativa” (p. 71). Além disso, se faz necessária a compreensão de uma cultura política em um regime democrático como o brasileiro, onde a reconquista da democracia, através da implementação de um sistema institucional de representação, não foi suficiente para colocar, de forma efetiva, a sociedade civil como integrante do processo de decisão dos rumos políticos do país, algo que tanto se clamou por ocasião do fim do regime ditatorial brasileiro.

De acordo com Moisés (2008), a perspectiva de uma cultura política participativa traz para o centro da questão não apenas “(...) a contraposição democracia / ditadura, mas a qualidade do regime democrático” (p.14). Para ele, o que se espera é que a democracia tenha a capacidade de contemplar as expectativas dos cidadãos em relação ao que a população delegou aos governos através do sistema representativo, objetivando a qualidade desses resultados. Para ele,

Confia-se que ele assegurará aos cidadãos e às suas associações o gozo de amplas liberdades e de igualdade política capazes de assegurar que possam alcançar suas aspirações ou interesses (qualidade de conteúdo); e conta-se que suas instituições permitirão, por meio de eleições e de mecanismos acompanhamento e regulação, que os cidadãos avaliem e julguem o desempenho de governos e de representantes (qualidade de procedimentos). Instituições e procedimentos são vistos, portanto, como meios de realização de princípios e valores adotados pela sociedade como parte do processo político (MOISÉS, 2008, p. 15, adaptado).

A deficiência de representação política tem, em sua origem, problemas históricos e estruturais com características diversas como parlamentos com mais representatividade privada do que a voltada para os interesses públicos e a maior força dos mecanismos de mercado sobre os rumos das decisões políticas do que a das demandas da sociedade civil. Tais aspectos geram desordem democrática e crise institucional, no que tange a confiança dos cidadãos nas instituições, o que é capaz de desestruturar qualquer ordenamento social, principalmente quando tal condição é naturalizada pela sociedade. Para Baquero (2001), a consequência dessa desordem,

(...) é a ideia de que uma alternativa aos déficits de representação política seria a maior participação política e, ignora-se, no entanto, que a participação requer uma melhoria da própria representação, o que em realidade não ocorre. (p.101)

2.1.2.

Cooptação e ativismos em Honório Gurgel, Rio de Janeiro: a resignação dos lugares

O cenário político de mobilização precária no bairro de Honório Gurgel remonta para as tensões que lá emergiram no fim da década de 1990, devido à ação da fábrica Pan Americana. Esta unidade da indústria química brasileira, por ser altamente poluidora, causou inúmeras denúncias dos moradores aos poderes instituídos, conforme exposto no capítulo anterior, culminando em um acordo firmado através do TAC¹⁰⁰. Do acordado, surgiram estratégias da empresa como as chamadas “parcerias” com grupos locais e associações de moradores¹⁰¹.

A Associação Pró Melhoramentos de Honório Gurgel (APMHG), cujas lideranças apresentavam postura de insurgência diante da empresa, fora desacreditada como movimento social na luta contra a poluição por muitos moradores, que passaram a ver as reivindicações do grupo como “exagero” e “perseguição à empresa”.

As razões dessa descrença se devem ao fato da indústria, após a assinatura do TAC, conforme o exposto na seção anterior ter passado a desenvolver projetos

¹⁰⁰ A assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) reduziu o passivo poluidor, mas não o anulou. Até os dias de hoje, moradores do entorno apresentam problemas de saúde, principalmente os que afetam o sistema respiratório.

¹⁰¹ A discussão sobre a ação da Pan Americana em Honório Gurgel, pode ser aprofundada na Discussão de Paulo (2012).

de cunho social, objetivando promover educação e cultura, cooptando outros ativismos através do estabelecimento de parcerias.

Conforme o exposto em Paulo (2012), a indústria parceira financia e fornece mão de obra a esses ativismos, possibilitando que eles promovam cursos de alfabetização de jovens e adultos, cursos de canto coral para idosos no próprio espaço da fábrica, além de proporcionar canais de entretenimento através de atividades esportivas e de lazer para alguns grupos de moradores, como torneios de futebol e passeios aos membros dessas associações, mesmo continuando a emitir poluição no bairro.

Não somente a liderança da APMHG na época, mas também alguns moradores não participantes da associação que atuavam politicamente na resistência à indústria poluidora se sentiram enfraquecidos em continuar lutando por suas demandas, já que estas passaram a ser invalidadas pelos próprios moradores atendidos pela empresa, frente às estratégias da direção da planta industrial.

A indústria cooptou os líderes de algumas associações e ONGs da região, além de grupos de moradores ao serem lançados pela unidade fabril projetos sociais que pretendiam amenizar as tensões entre a população e a presença da planta produtiva, levando aos moradores do bairro, o discurso da indústria que preza pela responsabilidade social e pelo meio-ambiente (as lógicas ISO).

Se por um lado, os grupos cooptados identificaram nessa parceria a possibilidade de promoção de ganhos sociais para os moradores, o que de fato ocorreu para alguns deles; por outro lado, o passivo poluidor não se ausentou do bairro, apesar da redução (PAULO, 2012). Se ocorre certo “alinhamento” de interesses, através de ações capazes de apaziguar a tensão protagonizada pelos grupos sociais, o poder de grandes empresas e grupos políticos se consolidam¹⁰² como foi o caso da Pan Americana, em Honório Gurgel.

Essa manobra da empresa fez também com que os negligenciados pela direção do empreendimento tivessem a sensação de que não há validade na

¹⁰² O processo de cooptação discutido aqui faz referência à discussão de Florestan Fernandes, e pode ser mais bem compreendido na obra do autor (1976, p. 356 e seguintes).

postura de insurgência como fator de pressão sobre a ação de qualquer empreendimento instalado no bairro. Os poucos que ainda tentavam resistir também assumiram uma postura de aceitação do poder espacial instituído por esse e outros empreendimentos industriais, e assim a cooptação fomentou ainda mais a descrença da população residente no bairro, reforçando-se a postura resignada observada na maior parte dos habitantes, desde então.

É possível perceber que a cooptação é uma das ferramentas principais para a manutenção do *status quo*, além de levar os indivíduos a aceitarem que não podem mudar tal realidade, fazendo com que os grupos recebedores dos impactos negativos acreditem o contexto ambiental em que vivem é normal, assumindo assim uma postura de resignação. Frente a alguns outros tristes episódios de intimidação das lideranças da APMHG, os membros começaram a evadir-se das manifestações e da própria associação, levando o movimento a perder força e a cessar a pressão sobre a empresa.

Para Souza (1999), a cooptação é um dos principais fatores da decadência dos ativismos de bairro, principalmente no que diz respeito aos seus líderes e membros por administrações locais (prefeituras) e partidos políticos. É possível perceber no caso de Honório Gurgel, onde a cooptação também foi engendrada por grandes empresas.

No diálogo com os apontamentos de Fernandes (1968), Baquero (2003) expôs que no Brasil, o grande problema histórico relacionado à política institucional é o patrimonialismo, que teve, como desfecho,

(...) mais de quatro séculos de mandos e desmandos clientelistas, construindo uma estrutura política autoritária. Essa lógica levou o conflito a ser tratado desde os primórdios da república como um caso de polícia, exclusão e antagonismo social exacerbado. Tal autoritarismo é vigente até os dias atuais. Tal contexto histórico, não pode ser negligenciado para compreender porque os cidadãos brasileiros não confiam nas suas instituições políticas, ao mesmo tempo em que permite compreender porque a mera existência de condições estruturais para que a democracia se fortifique é insuficiente. (p. 98)

Baquero (2001) evidenciou a importância de se trazer a discussão da cultura política, a fim de se pensar uma democracia eficiente que possibilite, para além do aparato jurídico, a participação, pois para ele, se a cultura política é causa

e consequência do funcionamento do sistema político, também será possível afirmar que a mesma resulta em “(...) padrões de orientações cognitivas, emocionais e valorativas, que, além de estáveis, tronam-se vivas e atuantes ao longo do tempo” (p. 102) porque, a menos que grandes rupturas históricas levem os grupos sociais de forma compulsória a redefinirem tais padrões, a cultura política continuará a se reproduzir em conformidade com as matrizes originais.

Assim, é importante entender, que a cultura política tem lugar de destaque no cotidiano e nas ações dos indivíduos e na constituição cultural, social, política e, conseqüentemente, espacial dos lugares. Nesse sentido, a cultura política regula a transmissão de valores políticos e também pode legitimar a forma de funcionamento das instituições.

Ainda, Baquero (2003) acredita ainda que a forma como é disseminada essa cultura está ligada diretamente ao modo de reprodução dos comportamentos relacionados às normas e valores políticos de determinado grupo. Portanto, analisar a cultura política societária

(...) pressupõe a necessidade de caracterizar os diferentes contextos histórico-culturais que irão contribuir para a sua configuração. Assim sendo, a compreensão da sociedade brasileira deve ser vista como resultado de um processo interativo e cumulativo de experiências vividas, cujas matrizes políticas podem ser identificadas pela determinação de seu processo de formação histórica. (p.102)

Resgatando-se a análise do mesmo autor (2003), ele aponta que se constitui como problema a institucionalização da insegurança coletiva na política, já que esse fator prejudica o desenvolvimento de normas ligadas à solidariedade, confiança e tolerância. No lugar da formação dessas normas e sua vivência em sociedade, o que surge é uma cultura política pautada na “(...) resignação a práticas autoritárias, verticais, hierarquizadas, mesmo em um regime democrático” (p.98). Tais problemas negam a chance de serem produzidas estratégias políticas institucionais que transmitam credibilidade, impossibilitando a efetivação de uma cultura política participativa. Tal contexto se torna uma das principais razões do enfraquecimento dos ativismos urbanos no nível local.

Para Dejours (1999), pessoas que dissociam sua percepção do sofrimento próprio ou alheio, do sentimento de indignação diante do reconhecimento de uma

injustiça, adotam, frequentemente, uma postura resignada, naturalizando fenômenos socialmente injustos como se fossem “fatalidades”.

Nesse trabalho, a resignação é, principalmente, o reconhecimento dos limites em exercer o poder político cidadão, que não apresenta força para insurgir-se para a superação das desigualdades, já que os moradores do bairro de Honório Gurgel se caracterizam hoje pela apatia política e conformismo frente a projetos cuja ineficiência na gestão assume caráter segregador e altamente prejudicial para a qualidade de vida de quem lá vive.

Já Souza (1999) aponta, entretanto, que apesar da crise desse tipo de movimento social, devido à maior visibilidade, Rio de Janeiro e São Paulo são estados expoentes no que se refere às experiências desses ativismos caracterizados pelo autor como “os mais criativos e aguerridos do Brasil” (p.141). Esse geógrafo listou dezesseis razões, em sua maioria, interdependentes, para que houvesse a decadência dos ativismos de bairro (tabela 9). É importante ressaltar que se pretende concentrar as discussões desse subcapítulo em três dessas razões tomando-as como as principais para a decadência apresentada em Honório Gurgel. O entendimento dos fatores é fundamental para compreender o que reforça a postura de resignação entre os moradores do bairro.

Conforme apresentado anteriormente, a cooptação de integrantes de uma das associações de moradores e de alguns grupos de moradores, se apresenta como uma das principais razões para o enfraquecimento dos movimentos de resistência no local. Essa manobra promoveu o que Souza (1999) chamou de “domesticação dos movimentos”, ou seja, o associativismo aliado ao agente que exerce o poder em forma de parceria não será capaz de insurgir-se, politicamente, contra qualquer ação que vá de encontro às demandas sociais da população.

Igualmente, o ativismo atuará no bairro de maneira não autônoma, e o poder efetivo de participação dos agentes ocorrerá desde que as indagações desses movimentos às ações nocivas do bairro não esbarrem na organização espacial dessas empresas, que podem retirar, no mínimo, a possibilidade das associações parceiras promoverem bem estar social e cultural através do fim da aliança.

Apesar das condições políticas impostas por agentes com forte poder de intervenção espacial, em 2012, a APMHG retomou suas atividades através da eleição de moradores organizados em duas chapas. A chapa vencedora contava com moradores do bairro e alguns afiliados de partidos políticos, que objetivavam, inicialmente, gerir a APMHG sem influência partidária, mesmo que seus membros fossem afiliados às diferentes correntes partidárias.

Tabela 9: Fatores de decadência dos ativismos de bairro

Tabela 9: Fatores de decadência dos ativismos de bairro	
Autoritarismo das Administrações Municipais	Organizações populares ignoradas pelas administrações municipais; imposição da dos representantes institucionais, como únicos detentores da legitimidade na busca pela democracia;
Migração de ativistas para partidos políticos	Com o processo de redemocratização em 1989, membros e líderes de ativismos, principalmente os de pensamento esquerdista que se abrigavam, nas associações de moradores, passaram a ser dedicar à vida partidária;
Cooptação de líderes e “domesticação de movimentos” Influência partidária junto as associações de moradores	Por parte de administrações locais, partidos políticos e “empreendimentos locais” (adaptado); Consiste em permitir que a associação de moradores assuma o papel de espaço para apoio eleitoral a representantes políticos;
Burocratização dos movimentos de bairro	Constituição de grupos de interesses específicos – como a criação de comissões (ex: água, transportes) – para formas de organização mais duráveis (associações de moradores), ou seja, uma tentativa de institucionalização, que reforçou a perda do caráter “radical” dos ativismos de bairro;
Adaptação insuficiente ou inadequada à conjuntura democrático-representativa	Ineficiência em compatibilizar a possibilidade de inserção nos novos espaços de manobras no âmbito de políticas públicas como as leis orgânicas municipais e planos diretores, na qualificação das lideranças da associação, estabelecimento de redes com outros ativismos de bairro e o trabalho da associação a respeito da conscientização dos habitantes do bairro;
Decepção com os rumos da conjuntura política nacional	Decepção com a evolução da conjuntura político nacional, relacionadas a utopias político-sociais (no sentido de projeto ainda não realizado) frustradas;
Desapontamento e “fadiga” da base social	Todas as causas que levam a queda dos ativismos, aliadas à militância sem retorno nas reivindicações pode levar a um cansaço e consequente desmobilização dos moradores associados;
Caciquismo e personalismo	Membros e líderes autoritários e pouco propensos a ouvir e o desejo de adquirir prestígio no interior da associação, graças ao poder de persuasão;
Indiferença e comodismo da base social	A presunção de que “outros” podem resolver tudo e assumir a liderança, se esquivando da igual responsabilidade;

Fonte: Souza (1999, p. 145-164). Adaptado.

Ao fim do primeiro semestre de 2012 – e durante todo ano de 2013 - alguns membros precisaram se desligar da diretoria da APMHG por motivos profissionais e foi possível observar a falta de pró-atividade demonstrada pela maioria dos membros que permaneceram na diretoria da gestão. Outra característica perceptível do enfraquecimento da associação foram os dissensos relacionados à busca de apoio político para fortalecer a entidade.

A intenção de gerir a associação sem interferência político-partidária se extinguiu frente ao argumento que ganhou força entre os seus gestores de que o apoio partidário-eleitoral traria ‘vantagens’ à associação. Tal decisão corrobora o que Souza (1999) chamou de “partidarização das associações de moradores”, o que transformou o espaço físico da APMHG em um comitê político-partidário, o que desagrega a base social dos ativismos.

A categoria “indiferença e comodismo” (SOUZA, 1999) da base social relaciona-se à postura de acomodação assumida pelos membros da organização (os associados), pois estes acreditam serem sempre “os outros”, os líderes, os que têm a possibilidade de sanar os problemas e tomar a posição de liderança, desconhecimento em diversas questões relacionadas ao bairro onde vivem. Tais atitudes sobrecarregam os líderes que, ao mesmo tempo, são injustamente cobrados por providências e soluções “(...) como se fossem eles próprios, parte do Estado, e como se apenas eles tivessem de lutar por melhorias”. (p.158)

Essa postura é também contabilizada como uma das principais causas do esgotamento das reclamações dos movimentos, mesmo na época em que a protagonista do passivo poluidor era a fábrica. O comodismo continua a ser marcante nos dias de hoje sendo perceptível e grande parte dos membros associados se coloca em um papel de coadjuvante, deixando à presidência a resolução das reclamações da população do bairro.

Mais um fator agravante do enfraquecimento das atividades da APMHG é a hesitação da presidência em exercício em buscar associados no bairro para dar início às atividades na associação. Tal busca teve o intuito de levar aos moradores participantes a compreensão da importância do funcionamento da organização e

sua atuação no sentido político, assegurando qualidade de vida e justiça social ao bairro.

Nesse sentido, a figura do presidente era essencial para atrair participantes e/ou associados já que ele possui grande conhecimento e bom relacionamento com os moradores, além de manter contato com comerciantes da localidade e alguns representantes políticos da região. Contudo, o presidente se mostrava muito mais preocupado com questões referentes às demandas do espaço físico da associação, adiando demais o início das atividades, o que era essencial para atrair a atenção dos moradores.

É importante ressaltar ser legítima a busca pela gestão, da quitação das dívidas relacionadas aos serviços essenciais como água, luz e outras taxas, além da preocupação com a manutenção da infraestrutura da sede da associação. Ocorre que isso esbarrava na falta de recursos financeiros, o que poderia ser revertido com a associação de novos membros para a captação de recursos.

Desde o início da gestão de 2012 até o presente momento¹⁰³ o espaço físico da APMHG foi poucas vezes utilizado para a discussão sobre as demandas do bairro. No segundo semestre de 2013, houve uma reunião, na associação, entre a diretora, alguns moradores do entorno da ETR Ciclus, e o então subprefeito da Zona Norte, André Santos¹⁰⁴, do Partido Social Democrata Cristão (PSDC), objetivando que o representante do poder público escutasse dos moradores os problemas gerados pela estação de transferência de resíduos sólidos na região, e que ele levasse a questão até o gabinete do prefeito da cidade, para que se obtivessem possíveis soluções para os moradores¹⁰⁵. Ficou acordada uma nova reunião entre 30 a 45 dias após a primeira para que o subprefeito trouxesse algumas resoluções relacionadas às demandas expostas. Até os dias de hoje, essa reunião não ocorreu.

¹⁰³ A gestão teve início em junho de 2012, com validade de dois anos. Até o presente momento não houve nova reunião para eleger uma nova gestão;

¹⁰⁴ Subprefeito de 2009 a 2014, André Santos (PSDC) foi eleito Deputado Estadual em outubro de 2014.

¹⁰⁵ Outros assuntos como a necessidade de reforçar a segurança no bairro, a possibilidade de trazer uma Clínica da Família para atendimento médico preventivo da comunidade e a volta do funcionamento da caixa d'água de Honório Gurgel - que possui alta capacidade de armazenamento e que já não funciona há mais de 40 anos, causando graves problemas de falta d'água, principalmente durante o verão – foram apresentados também pelos moradores.

Hoje, o espaço da APMHG é utilizado apenas para aluguel nos fins de semana, quando a associação é utilizada como salão de festas. Enquanto isso, a população que vive no entorno da ETR tenta, desde a instalação da mesma, formas de denunciar a ação da empresa a diversos órgãos governamentais, sem sucesso.

2.2.

Nem tudo é resignação. Quem resiste em Honório Gurgel?

Os moradores das ruas no entorno da ERT Ciclus, e que na época compareceram à reunião relatada acima, frente ao silêncio das autoridades responsáveis, passaram, desde então, a chamar atenção para os diversos problemas gerados pela Ciclus através de diversos canais, conforme exposto na imagem buscando autoridades de fiscalização competentes e organizando manifestações, que consistiam em caminhadas pelas ruas do bairro até o endereço do empreendimento, onde expunham, por meio de alto falantes, faixas e palavras de ordem, os problemas.

Na imagem, podem ser identificadas algumas fotos da visita dos agentes de controle de endemias para vistoriar as casas do local no sentido de coletar vetores como os que também podem ser vistos no mosaico abaixo, provenientes de infestações, aplicar fórmulas inseticidas além de registrar informações dos moradores sobre o surgimento desses vetores¹⁰⁶ para fins de acompanhamento e controle (anexo 10).

¹⁰⁶ Fotos registradas por moradores. Maio de 2013;

Figura 13: Mosaico fotográfico de denúncias, manifestações e visita de órgão ambientais aos moradores.



Fonte: Imagens cedidas por moradores em novembro de 2013; acesso a página S.O.S. Coelho Neto, na Rede Social Facebook em 14/05/2015¹⁰⁷.

No mosaico também é possível ver a manifestação de um dos problemas relatados por um dos moradores, o surgimento de infecções nos corpos através de furúnculos. Também está registrado, o número excessivo de medicamentos que uma das famílias precisa administrar para mitigar as doenças infecciosas e respiratórias.

Tantos transtornos culminaram nas denúncias de moradores através de manifestações, recebimento de representantes políticos no local para a certificação dos problemas causados pelo empreendimento, entrevistas dos habitantes a redes de rádio e televisão além de registros via ligações telefônicas e correio eletrônico a diversos órgãos das instituições públicas.

¹⁰⁷ <https://www.facebook.com/pages/SOS-Coelho-Neto/640774669307933?fref=ts>. Acesso em 14/05/2015;

2.2.1.

O grupo resistente

A localidade do bairro onde esses moradores vivem chama-se “Parque São Luiz”. Trata-se da região próxima ao limite do bairro de Honório Gurgel com o bairro Coelho Neto, na direção à Avenida Brasil, onde está localizada a Estação de Transferência de Resíduos Ciclus (também denominada Transbordo Marechal Hermes). Nessa localidade, vivem moradores da chamada ‘classe média baixa’, segundo classificação de Neri (2010). Preferivelmente neste trabalho, será chamada de ‘classe trabalhadora’, segundo categorização de Pochman (2012).

Neri (2010) aponta a nova classe média, como o grupo integrante da chamada “classe C”, que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios feita em 2009, (PNAD), cresceu, quase o dobro da média habitual¹⁰⁸, em meio a uma crise econômica de proporções mundiais, originada nos EUA, chamada por alguns pesquisadores de “subprime”¹⁰⁹.

Para Pochmann (2012), “(...) não se trata da emergência de uma nova classe média” (p.8). Para ele, dentre outras razões para tal confusão, está o adicional de pessoas ocupadas na base da pirâmide social, reforçando a classe trabalhadora em seu contingente, “(...) equivocadamente chamada de nova classe média” (p.11). Simplificando a discussão do autor, o que é chamada de nova classe média, é para ele a classe trabalhadora com maiores índices de ocupação¹¹⁰.

¹⁰⁸ As informações apontavam um salto significativo da população das classes D e E para a classe C, além do crescimento do poder de consumo. O comportamento foi analisado também, levando em consideração as origens da renda deste grupo, não somente do trabalho, mas as relacionadas à participação em programas sociais, previdência social e análise empírica às condições de habitação e aos bens de consumo que esta classe possui;

¹⁰⁹ A partir da utilização desses critérios e o diálogo com a discussão de Neri (2010), o Souza (2010) expõe a nomenclatura de classificação seguinte: Classe Média (A/B), Classe média baixa (C), classe trabalhadora (D) e classe baixa (E). Seguindo a proposta de Neri, teremos a classe média (ou A/B, com renda familiar mensal acima de R\$ 4.807); classe média baixa (C, com renda entre R\$ 1.115 e R\$ 4.807); Classe trabalhadora (D, com renda entre R\$ 768 e R\$ 1.115) e classe baixa (E, com renda de até R\$ 768). (p. 19, nota de rodapé). É importante ainda expor que o autor entende aqui, em relação ao nível de escolaridade, que a classe média alta seria indicada pela posse de diploma de nível superior; a classe média baixa, pelo diploma de ensino médio; já a classe trabalhadora seria identificada pelo diploma de conclusão de nível fundamental; e classe baixa, pessoas semi-escolarizadas;

¹¹⁰ De acordo com critérios de classe, com foco em suas características objetivas, ainda se fundamental nos níveis educacional, de renda e ocupação da população. A educação, mesmo que venha sendo “erodida como marca de classe no Brasil”, já que a ascensão da chamada nova classe média tem sido relacionada à redução da desigualdade de renda, tornando a educação “um

No caso de Honório Gurgel, na região da ETR, o grupo entrevistado possui o Ensino Superior completo, seguidos de Ensino Superior incompleto e Ensino Médio, segundo coleta empírica de dados. Os entrevistados, entre eles alguns membros do grupo denunciante, possuem, segundo o levantamento em campo, uma renda familiar média de três a quatro salários mínimos mensais.

Esse grupo é chamado nesta dissertação de ‘grupo resistente’, pois expõe sua indignação e descontentamento denunciando, via meio institucional, rede social, manifestações em frente à empresa, expondo a sua descrença no fato de que, se todas as suas estratégias de denúncia não são válidas, então não vale apenas acreditar no caráter institucional da política, mas, ao mesmo tempo, sabem que fora dos canais institucionais, não terão possibilidade de pressionar a Ciclus.

Dessa forma, acredita-se que o grupo, mesmo na busca por mecanismos institucionais, constrói sua experiência de grupo popular por reconhecer que essas lutas envolvem o cotidiano e a segurança do lugar onde vivem. A luta pela qualidade ambiental e por estratégias de reclamação diversas é também um meio para construir uma espacialidade que culmine na obtenção de poder político para influenciar as decisões que afetam o bairro e a região.

O grupo que resiste em Honório Gurgel tem a intenção de retirar a ETR da região, pois objetiva viver em um lugar livre de degradação ao ambiente e aos seus corpos. Castro (2005) ressalta que as relações de poder não são subjetivas, mas intencionais, pois não se pode exercer poder “sem uma série de miras e objetivos” (p.98-99) e estão na base de uma ramificação de poderes que funcionam na sociedade.

Dialogando com Foucault (1977), Castro (2005) expõe que “onde há poder, há resistência” e essas correlações só podem se sustentar, porque existem múltiplos pontos de resistência nas relações de poder “o papel do adversário, do alvo, do apoio” (p.99), pontos presentes em toda rede de poder. Portanto, as resistências estão inscritas nessas correlações como a presença do “interlocutor irreduzível”. Mesmo em uma posição assimétrica de poder em relação a Ciclus, o

indicador menos preciso de posição social” (p. 14). Ainda assim, os níveis educacionais, são considerados em muitos estudos como critérios de classe.

grupo assume uma postura de irredutibilidade, que seria claramente mais representativa se a maioria dos moradores não apresentassem uma postura resignada.

Os que se reuniram para pressionar o Estado em relação às ações prejudiciais da Ciclus podem ser relacionados à formação de um movimento de grupos não organizados de moradores e vizinhos de um mesmo bairro, favela ou região que surge a partir da década de 1990 sendo classificado por Souza Jesus e Lins (2010) como movimento de “Moradores e Vizinhos”.

Esse movimento sinaliza uma modificação na atuação dos ativismos de bairro, que, até a década de 1980, tinha as Associações de Moradores como protagonistas. Os autores citados elucidam que esses grupos emergem por se traduzirem na única possibilidade encontrada pela população desses locais para tornar públicas suas demandas, “frente à burocratização dos espaços institucionais que dificultam a livre organização das parcelas da sociedade” (2010, p.1). Dados do observatório dos conflitos urbanos¹¹¹ corroboram com a investigação dos autores.

No ano de 2007 ocorrem alguns eventos que ajudam a explicar o alto número de conflitos: a realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade, a discussão do Plano Diretor do município, a ocupação do Exército no Morro da Providência, a chacina do Complexo do Alemão e, finalmente, a morte violenta do menino João Hélio que causou forte comoção na população e gerou muitos conflitos. Em ambos os coletivos observados há uma queda no ano de 2009, sendo que nos “Moradores e Vizinhos” a redução é mais brusca, caindo para quase a metade (SOUZA JESUS & LINS, 2010, p. 4).

A presença do movimento “Moradores e Vizinhos” registrou quatro vezes mais conflitos do que as associações de moradores em um período de 16 anos, o que, para os autores, demonstra a dificuldade encontrada pelas associações em manterem o fôlego nas mobilizações¹¹².

Eles ressaltam que o “Moradores e Vizinhos” e as Associações de Moradores se mobilizam por diferentes razões. Com base nos autores, as

¹¹¹ <http://www.observaconflictosrio.ippur.ufrj.br/ippur/liquid2010/home.php>, citado pelos autores.

¹¹² Segundo os autores, entre 1993 e 2009, o “Moradores e Vizinhos” registrou 653 conflitos urbanos no período, sendo o coletivo com o maior número de conflitos no Observatório, enquanto os conflitos mobilizados pelas Associações de Moradores registraram 149 ocorrências, sendo, durante esse período, apenas o quinto coletivo em número de manifestações (2010, p. 3).

associações são mobilizadas por questões “(...) mais equânimes numericamente e são focadas nos usos do solo e do espaço público, com o viés claramente conservador” (p.4) já que, para eles, as associações de moradores reivindicam, em sua maioria, soluções mais institucionais para as resoluções das problemáticas urbanas locais como, por exemplo, a ineficácia das Prefeituras na utilização dos recursos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que é relacionada à legislação urbana e ao uso do solo.

Já o “Moradores e Vizinhos”, segundo os autores, têm como questões mais reclamadas, problemas que envolvem a segurança pública, moradia, água, saneamento básico, ou seja, questões relacionadas às “necessidades básicas da vida humana” (p.5), ou seja, as mesmas que foram elencadas, anteriormente, como reclamações dos moradores de Honório Gurgel.

É importante ressaltar que reclamar ações sobre empresas poluidoras é um caráter diretamente relacionado às necessidades básicas dos cidadãos como parte da qualidade ambiental intrínseca à qualidade de vida desejada. Tal qualidade assegurará a defesa da saúde das populações, premissa essa afirmada na Carta Constitucional Federal de 1988.

2.2.2. As formas de denúncia

Os moradores do entorno da ETR reclamam do surgimento de casos de problemas à saúde e degradação do ambiente na região, desde que a empresa iniciou suas atividades, em abril de 2012. Em entrevista preliminar, alguns relatam que começaram a perceber o início de um novo empreendimento, quando viram a vegetação do terreno (figuras 14 e 15), que hoje dá lugar a ETR, ser rapidamente devastado e, por consequência, a redução brusca da composição da fauna existente na região.

Ao indagarem os funcionários e responsáveis durante a construção da ETR foi dito aos moradores que ali seria construída uma estação de separação e reciclagem de materiais, o que tranquilizou, momentaneamente, os moradores, até que viram os pássaros serem substituídos pela presença da infestação de vetores como ratos, baratas, larvas, além da presença constante de urubus no céu, os fortes

odores provenientes do lixo e o barulho dos caminhões 24 horas por dia, além do início de um ciclo de doenças dermatológicas (anexos 11 e 12) gastrointestinais, intoxicações alimentares, náuseas estomacais, irritação nas vias respiratórias e até mesmo dificuldades em respirar, desde o início das atividades da Ciclus.

Figura 14: Terreno antes da instalação da ETR Ciclus.



Fonte: Imagem do Google Street View, extraída por um morador do local em 2013.

Figura 15: A arborização do terreno podia ser vista na rua José Pitanga, imediatamente atrás do terreno.



Fonte: Imagem do Google Street View. Extraída por um morador do local em 2013.

Figura 16: Furúnculos e infecções, e medicamentos administrados na tentativa de mitigar as enfermidades.



Fonte: Cedidas por um morador do bairro em novembro de 2013.

Figura 17: Corpo de funcionário morto em 2012 por afogamento no chorume.



Fonte: Imagens cedidas por morador em novembro de 2013.

Outro fator a reforçar a preocupação dos moradores em relação à ETR foi a morte de um funcionário do empreendimento, afogado por chorume, antes mesmo do primeiro ano de funcionamento da empresa. Na ocasião, o então vereador Reimont do Partido dos Trabalhadores (PT), a pedido de alguns moradores da região foi à empresa tentar diálogo sendo impedido de entrar no empreendimento.

Estiveram no bairro, em diferentes ocasiões, os então vereadores Rosa Fernandes do Partido Solidariedade (SDD), reunidos com o grupo de moradores do entorno da ETR, recebendo suas reclamações e também a Deputada Aspásia Camargo do Partido Verde (PV).

O Vereador Eduardo Moura, do Partido Socialista Cristão (PSC), também esteve presente no bairro e apurou os problemas através das reclamações feitas pelos moradores. Na ocasião, o vereador levou um ofício preparado pelos moradores, representados pela Associação de Donas de Casa de Honório Gurgel (ADCHG) para leitura em uma das seções extraordinárias ocorridas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) em agosto de 2012 (anexo 13). A foto abaixo ilustra a visita ao bairro e as reclamações dos moradores, que levaram o vereador a levar a demanda à CMRJ.

Figura 18: Vereador Eduardo Moura em visita aos bairros Coelho Neto e Honório Gurgel, recebendo reclamações dos moradores a respeito da empresa Ciclus.



Fonte: Cedida por um morador do bairro (2013)..

Além do contato com os representantes políticos, os moradores já buscaram diversos canais de denúncia via ligações telefônicas, envio de correios eletrônicos (e-mails) e pessoalmente. Foram feitas diversas denúncias ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA), via telefonemas diversos e e-mails. Eram tão frequentes as ligações para essa autarquia que, após meses de ligação, um dos funcionários informou por fim, que nada poderia ser feito em relação à ETR.

Também foram feitas denúncias ao Serviço de Controle de Zoonoses¹¹³ da Prefeitura do Rio de Janeiro, que enviou uma equipe a fim de inspecionar a região sobre os relatos de infestações por vetores como ratos, baratas e a proliferação de larvas que caíam de pequenas cavidades presentes no muro dos fundos da ETR, diretamente nas casas de alguns moradores. Queixas foram igualmente direcionadas aos atendentes do telefone 1746 da COMLURB, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Conservação. Diversos e-mails foram encaminhados à ouvidoria do Ministério Público (anexo 14). Em momentos de forte odor, mal-estar e muitas náuseas estomacais, os moradores chegaram a chamar inclusive, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PM-RJ), em mais de uma ocasião.

Foi contatado também o “Disque 100”, que é o serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). O serviço tem a função de receber reclamações relacionadas a violações de Direitos Humanos, principalmente, quando os atingidos são populações entendidas pela secretaria, em situação de “vulnerabilidade acrescida” como crianças e adolescentes, pessoas idosas, portadores de deficiência, pessoas GLBTT, moradores de rua, quilombolas, ciganos, índios e todas as demais pessoas em situação de privação de liberdade, como o sítio de internet dessa secretaria nos informa.

De fato, a degradação ambiental e o desencadeamento de fatores que prejudiquem a saúde e as condições de vida da população se configuram como violação dos direitos humanos. Direitos conhecidos, internacionalmente, como o

¹¹³Zoonoses são doenças que podem ser transmitidas do animal para o homem e vice-versa, tanto através do contato direto com secreções ou excreções, quanto através da ingestão de alimentos contaminados de origem animal. Por ser um órgão de Saúde Pública, a UJV é estruturada para diagnosticar zoonoses através de exames clínicos e laboratoriais de animais vivos ou mortos, assim como pela análise laboratorial de alimentos. Fonte: <http://www0.rio.rj.gov.br/ijv/zoonoses.shtm>. Acesso em 24/01/2015.

direito à vida, à saúde, ao bem-estar, ao desenvolvimento sustentável se não respeitados, configura-se como violação de direitos humanos. Dessa forma, o alcance dos direitos ambientais também é uma ferramenta para o alcance dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que para que esses possam ser atingidos, aqueles têm que ser efetivados.

Por meio do acesso aos direitos, como a informação, liberdade de expressão e participação política, ou seja, do exercício da cidadania, é possível o alcance efetivo dos direitos ao meio ambiente. Se a população de Honório Gurgel não consegue ter os direitos ambientais atendidos, como poderão exercer a sua cidadania¹¹⁴?

As reclamações também foram dirigidas, pessoalmente, aos representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social do município e a assessores diretos do Prefeito Eduardo Paes. Segundo uma das moradoras, na ocasião em que se dirigiu ao prédio da administração municipal, teve a oportunidade de encontrar o próprio prefeito, a quem explicou os problemas causados pela ETR Ciclus, sendo que o mesmo disse que analisaria o caso. As denúncias chegaram ao Ministério Público, que elaborou uma ação contra a Ciclus, que se encontra em andamento.

2.3. A produção de corpos doentes

Para entender os problemas causados pela Ciclus no bairro e na saúde de seus habitantes, foi necessário ouvir informalmente os relatos dos moradores em uma das primeiras manifestações feitas contra o funcionamento da empresa¹¹⁵. Na ocasião, ocorreu uma caminhada da entrada da região chamada ‘Parque São Luiz’, até a frente da empresa Ciclus na Avenida Brasil, onde os moradores carregavam faixas expondo os problemas gerados pela Ciclus e gritavam palavras de ordem do tipo “fora lixão”.

Foi feita também entrevista com aplicação de questionário aberto em novembro de 2013, com uma família moradora das proximidades do local. “D” e sua esposa “G” estavam na época à frente do grupo que lutava contra a ação da

¹¹⁴ SCHWENCK, Terezinha. *Direitos Humanos Ambientais*. Disponível em <http://www.fadipa.br/pdf/schwenck.pdf>. Acesso em 24/01/2015

¹¹⁵ Manifestação ocorrida no dia 08/12/2012;

Ciclus no bairro através de massivas denúncias a diversos órgãos públicos. Ambos tiveram alergias e pruridos dermatológicos assim como seus dois filhos, que foram acometidos por diversos furúnculos e com o agravamento de alergias como sinusite e rinite. No dado momento, a família relatou os problemas gerados pela ETR, tanto aos seus familiares quanto a residências vizinhas.

Figura 19: Manifestação dos moradores contra a ação da Ciclus.



Fonte: Acervo próprio (2012).

Os moradores expuseram a vinda de diversos representantes políticos ao bairro através de fotos registradas nas ocasiões e também fizeram questão de expor sua indignação e sensação de abandono, por parte do poder público, pela falta de qualquer resposta posterior dos políticos com os quais se reuniram.

A família relatou também as constantes idas aos endereços físicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) e ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) para fazer reclamações, bem como reuniões com promotores do Ministério Público (MP) com o propósito de que a promotoria instaurasse inquérito Civil.

Foram também apresentadas diversas medicações que tinham que administrar para a cura das infecções, além de uma lista de ligações feitas aos diversos órgãos públicos, e-mails enviados a diversos setores e gabinetes do poder municipal e estadual, fotos da atuação da ETR e da circulação irregular dos caminhões por ruas residenciais proibidas além de terem apontado a proximidade da ETR a sua residência, que pode ser vista do terraço da família.

O questionário foi aberto contava com as seguintes questões: (1) que tipo de canal de diálogo a empresa buscou para comunicar ou negociar a implementação do empreendimento no local; (2) quais problemas são relacionados à atuação da empresa no bairro e nos moradores; (3) quais órgãos foram procurados para que fossem feitas denúncias sobre os problemas causados pela empresa; (4) algum representante político tomou ciência do problema e buscou estabelecer diálogo entre empresa e população; a forma de atuação poluidora da empresa apresentou diminuição após o início das reclamações.

Tabela 10: Problemas relacionados à ação da Estação de Transferência Ciclus.

Tabela 10: Problemas relacionados à ação da Estação de Transferência Ciclus	
A curta distância entre o empreendimento e as residências	Fator principal para que os demais problemas se agravem.
Fortes odores	Proveniente do lixo em decomposição.
Poluição Sonora	Causada pela ininterrupta circulação de caminhões.
Infestações por vetores	Resultado da proximidade com ETR, sendo este o ambiente de acúmulo de lixo, fator atrativo desses vetores.
Infecções cutâneas	Causados por micro-organismo e vetores em contato com a Ciclus.
Intoxicações alimentares	Micro-organismos dos resíduos sólidos no ar, em contato com os alimentos.
Doenças em animais domésticos	Micose causada por fungos que se instalam nos animais, causando feridas no animal, pode ser transmissível aos humanos.
Receio de incidentes pelo acúmulo de chorume	O gás metano derivado do chorume, pode causar além de intoxicação, e problemas ao sistema nervoso central, explosões em superaquecimento ou em contato com outras substâncias químicas.
Suspeita do uso do clorofenol	Substância química, que pode causar além de irritações na visão, nas vias respiratórias, efeitos nocivos ao sistema nervoso central.

Fonte: Participação em manifestação de moradores em 08/12/2015 e entrevistas preliminares em 23/11/2013.

A família afirmou que não houve a busca de qualquer diálogo pela empresa em relação à mitigação dos problemas e que a mesma foi implantada de forma a esconder a sua real atividade. A família informa que o que eles chamam de “sumiço dos políticos” foi causado por que, segundo a família, eles acabaram percebendo que o ‘grupo resistente’ queria a resolução do problema para além das promessas, deixando claro que “não serviriam como ferramenta para mais uma manobra oportunista deles” (G, 46 anos). Além de citarem uma série de órgãos aos quais eles e os vizinhos fizeram as reclamações e listar os problemas que eles relacionam à ação da fábrica. As duas ocasiões relatadas, auxiliaram a confecção da tabela acima.

A tabela traduz os principais problemas atribuídos pelos moradores de Honório Gurgel ao funcionamento da ETR Ciclus. É possível avaliar que os males elencados causam a degradação das condições ambientais do lugar onde vivem e, conseqüentemente, pioram o nível de qualidade de vida local, já que afetam, direta e indiretamente, a saúde dos moradores.

É de grande importância, portanto, que a interface da discussão meio ambiente e saúde seja pensada para os arranjos espaciais atuais. Os problemas ambientais se mostram, ao mesmo tempo, problemas de saúde já que ao afetarem o ser humano em sua qualidade de vida (e dependendo da gravidade do problema ambiental), a saúde ambiental (das formas de vida em determinado espaço) será afetada negativamente.

Anteriormente, buscou-se salientar que os conflitos emergem no espaço através de atores antagônicos, que tentam definir a arquitetura espacial de acordo com seus interesses políticos sociais e econômicos, criando territórios. Também os conflitos serão de ordem ambiental, já que os transtornos causados por decisões contrárias aos moradores do bairro vão gerar tentativas de resistência por eles próprios. Para Monken *et al* (2008), os conflitos ambientais têm a sua territorialidade construída por meio de ações que se contrapõem às vontades de diferentes atores sociais no uso dos territórios.

Dessa forma, o espaço é feito território através de práticas de dominação e apropriação, sendo que esta se insere no sentido simbólico que se dá ao lugar

através do vivido e das relações cotidianas. A dominação diz respeito à funcionalidade e aos usos dados por um ator que exerce determinado poder sobre o território. Nesse sentido, nas territorialidades estão inclusas a dominação e a apropriação, ora mais uma do que outra.

Assim sendo, ainda com base em Monken *et al* (2008), os conflitos surgem entre esses atores, porque eles se baseiam em diferentes percepções e projetos sobre o ambiente e, conseqüentemente, diferentes territorialidades. Esses conflitos podem se manter no território ou extrapolar esse espaço, partindo do momento em que interesses de outros atores localizados para além dele (mas ligados a ele) o atingem (p.11).

Também, pode-se entender que a organização espacial é responsável por ditar condições ambientais relacionadas à vida dos cidadãos como a qualidade de vida. Nesse sentido, as características do lugar vão possibilitar entender porque existe ou não a incidência, por exemplo, de problemas de saúde incidindo sobre aquela população, como é o caso de Honório Gurgel, a área de atuação de indústrias poluidoras, onde a implantação da ETR levou ao agravamento das condições de saúde dos moradores.

2.3.1.

O binômio saúde/ambiente para entender os transtornos ambientais

Se o espaço geográfico é o mediador da organização cultural, econômica, política na sociedade, também pode ser entendido com a mesma função na distribuição dos danos, pois que “as condições de vida podem ser consideradas mediadoras das diferenças dos problemas de saúde” (p.14).

Sendo assim, a expressão material da forma em que se reproduz a sociedade em determinado lugar e em um momento histórico também é determinada. A saúde é um dos elementos fundamentais para assegurar a qualidade de vida das pessoas e, dessa maneira, a utilização do binômio saúde / ambiente é indispensável para a busca de melhores condições de vida das populações. Monken *et al* (2008) explicam que existem três aspectos que justificam a indissociabilidade dessa relação.

O primeiro deles seria que a história da saúde pública mostra a importância de se entender o ambiente para o desvendar de processos relacionados à saúde ou a falta dela; o segundo é a ligação entre saúde e ambiente, que vai de encontro à visão biológica que se restringe ao processo saúde-doença ao questionar o modelo de crescimento econômico-industrial, promotor de “um afastamento entre o homem e a natureza, transformando processos vitais da vida humana como comer, beber e respirar, em possibilidades de exposição a riscos e a patógenos físicos, químicos e biológicos”. (p. 13)

E, em terceiro lugar, está o surgimento de movimentos sociais que vêm demandando soluções nas mais diversas escalas, principalmente globais, para a conservação do meio ambiente como forma de preservação da própria humanidade. Dessa forma, essas manifestações podem significar, no campo científico, a necessidade de serem discutidas ações de caráter interdisciplinar e plurais.

Para Gallo e Carvalho (2011), o campo da Geografia da Saúde se constituiu com a busca do homem por metodologias que contemplem a ocorrência das questões de saúde nas dinâmicas territoriais, já que desde o seu início, o termo ‘saúde’ tinha ligação somente ao termo ‘doença’. A partir desses estudos, a saúde pôde ser relacionada com o bem-estar social, deixando de ser entendida, unicamente, como a ausência de doenças, mas também como “(...) qualidade de vida da população diretamente relacionada ao ambiente em que está inserida” (p.11).

Assim, a saúde e os problemas de saúde, são construídos socialmente mediante processos que são de várias origens e que atuam em conjunto: a biologia humana, o ambiente, os modos de vida e o próprio sistema de serviços de saúde, ou seja, as dinâmicas que acontecem num determinado espaço, como as redes (GALLO & CARVALHO, 2011, p. 11).

Nesse sentido, a Geografia da Saúde tem por objetivo contribuir com a análise espacial, considerando suas dinâmicas e ampliando o conhecimento sobre a localização para que sejam caracterizados ambientes degradados que podem resultar no surgimento de epidemias, além de propor e aperfeiçoar projetos de prevenção e combate a problemas de saúde, se utilizando de instrumentos, “(...)

como, por exemplo, do sensoriamento remoto e do geoprocessamento, que contribuem no monitoramento e vigilância do território a ser analisado” (p. 11).

Para os autores citados, a saúde pública e o ambiente são intrinsecamente influenciados pelos padrões espaciais de ocupação, não bastando recorrer somente à descrição populacional, mas também localizar, de forma mais precisa possível, os espaços que se caracterizam como de risco ambiental¹¹⁶.

De acordo com Peiter (2005), uma das principais proposições¹¹⁷ dessa ciência é que a doença não pode ser tratada de forma isolada dos aspectos que compõem o contexto físico, social e cultural e social e, dessa forma, a geografia da saúde põe em evidência “(...) a dimensão espacial do fenômeno saúde-doença” (p.21).

As contradições geradas no exercício do poder político em Honório Gurgel geram, portanto, cidadãos incluídos nesse exercício de cooptação, mesmo estando resignados pela descrença que vai desde as instituições democráticas até aos ativismos presentes no nível local. Na cooptação e resignação, emergem os ‘corpos doentes’, cujas práticas políticas disciplinam e tornam dóceis.

2.3.2.

Corpos dóceis que se tornam corpos doentes: a analogia da prisão física na compreensão do poder político sobre o corpo no bairro

Através do elucidado em Foucault (1975, [1997]) sobre a História da violência nas prisões, base para reflexão do surgimento da justiça penal, o autor discorre sobre os corpos dos condenados e sobre os instrumentos capazes de disciplinar o corpo, para que assim, ele possa retornar ‘dócil’ à sociedade.

¹¹⁶ Para Peiter (2005), na abordagem da análise regional, geógrafos da saúde visam identificar espaços homogêneos de ocorrência de doenças e seus determinantes. São exemplos os estudos de regionalização dos serviços de saúde, como no caso de análises de delimitação de área de serviço de uma ambulância, ou do mercado para um hospital, ou estudos ecológicos de delimitação da área de circulação de agentes de doenças e a identificação de focos. A partir dessas abordagens, os geógrafos foram desenvolvendo estudos de ecologia humana das doenças, de epidemiologia paisagística, de mudanças ambientais e de saúde, de biometeorologia dos estados de saúde, poluição e saúde, difusão espacial de doenças, distribuição de recursos de saúde (MEAD e EARICKSON, 2000) de história da geografia médica, geografia da nutrição, geoquímica ambiental, entre outras (2005, p. 21);

¹¹⁷ Ainda de acordo com Peiter (2005), os padrões de mortalidade e morbidade, bem como a distribuição dos sistemas de atenção à saúde não ocorrem de forma aleatória, mas obedecem a algum nível de determinação (política, social, cultural, ambiental), que pode ser a chave para a compreensão dos processos saúde-doença em um determinado lugar e momento histórico.

Foucault apresenta em sua discussão os mecanismos baseados nos suplícios e castigos que atuavam diretamente sobre os corpos no século XVIII e sua progressão ao longo do século XIX. Ele explicava que o castigo, no primeiro contexto temporal era fortemente aplicado de forma direta aos corpos¹¹⁸.

Já na transição entre o fim do século XVIII e o século XIX, a punição passou a ser a parte mais velada do processo penal. A justiça já não assume de forma pública a violência ligada ao seu exercício. Isso porque, a justiça passou a convencionar que era preciso não tocar mais no corpo ou fazê-lo o mínimo possível já que, o que importa agora é atingir no corpo “(...) algo que não é o corpo propriamente” (p.16). Já não é mais o corpo, mas a alma a sofrer com as punições¹¹⁹.

O autor aponta que o corpo está mergulhado de forma direta “num campo político”, por isso, as relações de poder têm alcance sobre ele de forma imediata, essas relações para o autor, marcam os corpos, o dirigem, o suplicam, o sujeitam a trabalhos, obrigam-no a cerimônias exigem dele sinais (p.28).

Os investimentos políticos sobre o corpo têm ligação muitas vezes com as demandas econômicas, que utilizam a sua dominação como força de trabalho. Em muitos casos, não só o corpo como força de trabalho, mas o corpo manipulado em um espaço que dispõe de menos mecanismos políticos para que suas intencionalidades referentes ao poder possam alcançar finalidade favorável a esses grupos.

Foucault (1975, [1997]) ressalta que a dominação só poderá acontecer se o corpo estiver “(...) preso em um sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado)” (p. 29). Dessa forma, o corpo só tem utilidade se for produtivo e submisso. Foucault explica que essa submissão não é obtida apenas pelos instrumentos de violência; ela pode ser alcançada também agindo sobre elementos

¹¹⁸ Para Foucault (1975, [1997]), eram as torturas, as fogueiras, as decapitações e mutilações em praças públicas o ‘espetáculo’ que acompanhava as punições naquele momento;

¹¹⁹ . “A expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”. (FOUCAULT, 1975, [1997], p. 21);

materiais ou pela ausência deles; pode não fazer uso de armas, nem do terror, mas continuar sendo de ordem física.

Retornando ao significado dessa analogia, podemos dizer que quando se atinge a submissão se atinge a docilidade. Se compreendemos a necessidade como um instrumento político aliado ao exercício do poder por agentes públicos e privados, que se estabelecem através de relações de cooptação gerando resignação através de mecanismos políticos que não consideram a vontade da população, será possível compreender porque o filósofo francês diz que a punição agora se dirige à alma antes do corpo, e porque ela continua sendo de ordem física.

Se as decisões políticas são implantadas em Honório Gurgel e região precarizando as condições ambientais e de saúde, afetando os direitos instituídos em lei para a defesa das populações, através da imposição autoritária e tecnicista de projetos pautados nas próprias diretrizes legais das políticas urbanas, os atores cooptados e os resignados contribuem, em conjunto, para reforçar também o enfraquecimento sobre a vontade, as disposições e o intelecto deste grupo local na sua atuação política. O prolongamento da degradação da autonomia dos moradores, no caso da ação da ETR, vai culminar na produção dos corpos doentes que se manifestam no bairro.

Para além, não são apenas problemas ambientais e físicos que a atuação dessa empresa gera. Os moradores já relataram, por vezes, a sensação de abandono, desânimo e os próprios sinais de depressão que alguns apresentam por se sentirem desprezados pelo poder público frente às problemáticas, tantas vezes denunciadas.

O constrangimento relatado pelos moradores também atinge a vida comunitária deles, que evitam recepcionar familiares e amigos para fins de confraternização e socialização em suas casas, devido ao forte mau cheiro e proliferação de vetores de doenças, que podem levar os convidados a atribuírem tais eventos à falta de higiene dos anfitriões, reforçando a grande revolta e descrença nas organizações políticas, em tempos de participação da população para assegurar a sustentabilidade na elaboração jurídica dos projetos políticos.

Quando os cidadãos são privados dos seus direitos pela ineficiência das gestões e essas privações, em comparação com os condenados das prisões, minam a disposição para a luta produzindo sujeição, pode-se dizer que o planejamento está sendo realizado de forma equivocada e será alvo da não aprovação da população. Dependendo da cultura política que essa mesma possui, vai gerar apatia e conformismo.

É claro que o que se defende aqui, para além das discussões que perpassam o objeto, é a renovação das instituições democráticas, conjugadas à maior participação da sociedade civil por meio dos mais diversos movimentos e grupos de resistência, já que, da forma como se apresentam esses atores, não serão capazes de propiciar qualidade de vida e justiça social de forma equitativa à sociedade.

O conformismo e a apatia presentes em um grupo social, como o de Honório Gurgel, podem corroborar a exposição de Foucault (FOUCAULT, 1975, [1997]), sobre a disciplina dos corpos, onde a noção de docilidade agrega ao corpo analisável, o corpo manipulável. O corpo dócil é aquele que “(...) pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. (p.132)

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão” uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1975, [1997], p. 133-134).

Os corpos dos moradores do bairro estão doentes, porque foram transformados em corpos dóceis, desprovidos de cultura política para resistir às cooptações e à gestão desrespeitosa. Estas concedem poder aos agentes privados, sem fiscalização e regulação eficientes. A ausência da cultura política torna facilmente permeável a sujeição pela necessidade, utilizada como instrumento político, e a cooptação torna-se uma característica dessa necessidade, além de ser um forte fator de desagregação política do poder da população.

A disciplina social imposta por esse tipo de conjectura pode ser relacionada à chamada de “política de coerções”. Estas são trabalho sobre o corpo,

“(…) numa manipulação calculada de seus elementos, seus gestos e seus comportamentos”. (FOUCAULT, 1975[1997], p. 133).

Sabe-se que um grupo local ou uma associação de moradores cooptada através de parceria com empreendimentos diversos não será capaz de agir de forma autônoma, colocando a todo tempo as demandas da população acima dos interesses da instituição parceira, mesmo que as ações da mesma prejudiquem os moradores do bairro. Essa disciplina dá origem a corpos submissos, a desagregação social, a resignação, aos corpos dóceis e por consequência, corpos doentes.

2.4.

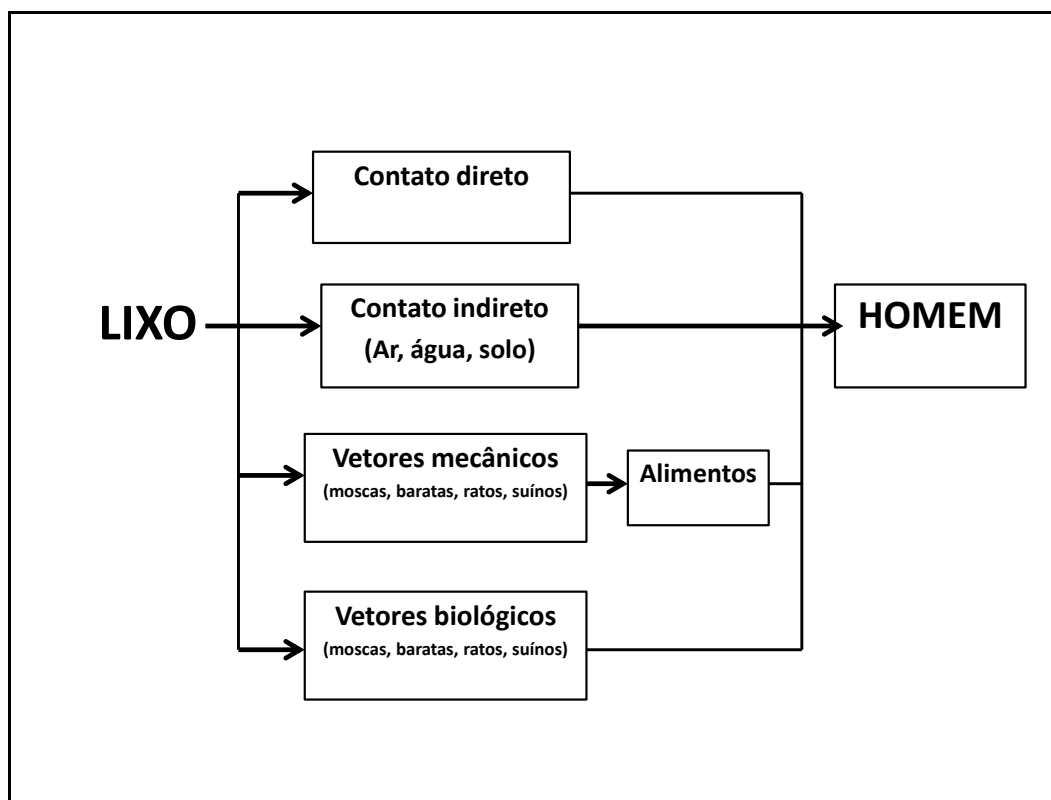
As doenças como indicadoras de injustiça ambiental no bairro

Podemos afirmar que a doença é uma manifestação do indivíduo e a situação de saúde é uma manifestação do lugar, pois os lugares e seus diversos contextos sociais, dentro de uma cidade ou região, são resultado de uma acumulação de situações históricas, ambientais, sociais, que promovem condições particulares para a produção de doenças (BARCELLOS et al 2002, P. 129).

De acordo com o autor, um dos exemplos de abordagem estatística relacionados aos estudos que contemplam o binômio saúde e ambiente é o levantamento das doenças próximas as fontes de poluição conhecidas. Para ele, a distância das ocorrências, relacionadas a fontes suspeitas de contaminação é um parâmetro pertinente para a estimativa da exposição humana a agentes de risco.

A estimativa seria para o teórico é “(…) particularmente útil nos estudos em que se deseja avaliar doses a que foram submetidos grupos humanos em longos períodos de tempo” (p. 130). De acordo com as reclamações dos moradores no entorno da ETR Ciclus, foi possível comparar a incidência desses acontecimentos com a proximidade da Estação e relacionar tais fenômenos ao que discute Heller (1998), na produção de estudos sobre a relação entre saúde e saneamento.

Figura 20: Vias de contato homem-lixo.



Fonte: Heller, 1998, p. 78 (Adaptado).

No caso de Honório Gurgel, a fonte suspeita é a ETR Ciclus. Assim, é possível compreender a quais riscos os moradores da região, em que se localiza a empresa, estão expostos.

2.4.1. Os males no corpo

Um dos fatores que originam o risco ao ambiente e à saúde no funcionamento da Ciclus é a quantidade de resíduos que a mesma recebe por dia. Em contrato, a estação deveria receber 729 toneladas por dia, quando recebe cerca de 1800 toneladas, fato denunciado através de reportagem do Jornal Extra, em 18 de novembro de 2013.

As condições, a saber, configuram uma situação de acondicionamento irregular de resíduos ao discorrer sobre os perigos da disposição de resíduos de forma incorreta, Silva e Liporone (2011) apresentam os malefícios que estes podem trazer a população, apresentando o caso de Uberlândia (MG). Contudo, o

esquema pode ser utilizado nesta discussão, para clarificar os perigos aos quais os moradores de Honório Gurgel e regiões vizinhas estão expostos.

Tabela 11: Doenças e vetores e sua ocorrência pela proximidade de locais destinados ao manejo e disposição de resíduos a locais de concentração humana

Doença	Vetor	Sintoma
Febre Tifoide	Moscas	Febre contínua, manchas no tórax e abdome, cefaleia, diarreia.
Ancilostomose	Moscas	Distúrbios intestinais, perturbações do sono, vômitos e dores abdominais
Amebíase	Moscas e baratas	Desintéria (fezes com sangue).
Poliomielite	Baratas	Febre, náuseas, cefaleia, vômitos, paralisia
Gastroenterites	Baratas	Diarreia, Vômitos e febre.
Elefantíase	Mosquitos	Aumento dos vasos, derramamento, edema linfático
Febre Amarela	Mosquitos	Febre, calafrios, náusea, vômitos, pulso lento, cefaleia, icterícia
Leptospirose	Ratos	Febre alta, coriza, cefaleia, hemorragia, icterícia
Peste	Ratos	Inflamações hemorrágicas, baço-fígado-pulmões e sistema central
Toxoplasmose	Suínos e urubus	Calcificações intracerebrais, distúrbios psicomotores
Hepatite infecciosa	Contato com agulhas	Febre, náuseas, icterícia, fadiga, dores abdominais

Fonte: Silva & Liporone, 2011 (Adaptado).

A tabela acima mostra algumas doenças as quais os moradores da região da ETR estão vulneráveis e que podem ser transmitidas através da transmissão por vetores. Moradores relatam o surgimento de infecções gastrointestinais geradas por salmonelose, além de outros tipos de intoxicações alimentares. Eles também denunciam o aparecimento de furúnculos e manifestações alérgicas.

Ferreira e Anjos (2001) apontam que agentes físicos, químicos e biológicos podem interferir no equilíbrio do meio ambiente e na saúde humana. Os agentes biológicos acima são os responsáveis pela transmissão direta e indireta de doenças através da presença de curativos, papel higiênico, lenços de papel, fraldas descartáveis, preservativos, absorventes e produtos farmacêuticos e hospitalares, muitas vezes misturados ao lixo domiciliar, originando as doenças transmitidas através dos vetores. A transmissão indireta ocorre pela ação desses

vetores que se encontram nos resíduos com as condições necessárias para sobreviver e proliferar-se, conforme apresentado no esquema de contaminação homem-lixo.

Entre os agentes químicos, é importante destacar os medicamentos, produtos de limpeza, aerossóis, pilhas, baterias, tintas e solventes, pesticidas, cosméticos, óleos e graxas em decomposição entre os resíduos e os metais pesados que esses agentes trazem e que são potencializados e incorporados na cadeia biológica, podendo causar distúrbios no sistema nervoso, inclusive de efeitos crônicos. O chorume¹²⁰ é outro agente bioquímico¹²¹ que preocupa a população moradora no entorno da ETR, pelo seu potencial tóxico.

Por apresentar compostos altamente tóxicos, o chorume pode ter consequências sérias para o meio ambiente e a saúde pública, já que em águas subterrâneas pode contaminar o lençol freático e atingir poços artesianos. Exposto no ambiente, esse agente pode causar problemas ao sistema nervoso e ainda se tratar de um produto suscetível à combustão.

Os moradores se queixam, ainda, dos perigos da exposição aos agentes físicos, como o odor e os ruídos. Para Ferreira e Anjos (2001), o odor pode ser causador de mal-estar, dores de cabeça e náuseas não apenas em trabalhadores, mas também em pessoas que habitam próximo *aos espaços armazenadores, de transporte e manuseio de resíduos* (p.692). Os autores evidenciam que ruídos em excesso e frequentes (como é o caso da ETR Ciclus que funciona 24 horas) durante as operações do sistema de gerenciamento, podem ocasionar perda parcial

¹²⁰ O chorume é um líquido escuro gerado pela degradação dos resíduos em aterros sanitários. Ele é originário de três diferentes fontes: da umidade natural do lixo, aumentando no período chuvoso; da água de constituição da matéria orgânica, que escorre durante o processo de decomposição; das bactérias existentes no lixo, que expelem enzimas, enzimas essas que dissolvem a matéria orgânica com formação de líquido. O impacto produzido pelo chorume sobre o meio ambiente está diretamente relacionado com sua fase de decomposição (SERAFFIM *et al*, 2003, p.1);

¹²¹ O potencial de impacto deste efluente está relacionado com a alta concentração de matéria orgânica, reduzida a biodegradabilidade e presença de metais pesados. A decomposição dos resíduos sólidos, depositados em aterros sanitários, é um processo dinâmico comandado por organismos decompositores de matéria orgânica. Quando todo o oxigênio é consumido, inicia-se a fase, onde a decomposição ocorre através dos organismos que hidrolisam e fermentam celulose e outros materiais presentes no resíduo. Esta fase é caracterizada pela redução da concentração de carbono orgânico, altos níveis de amônia e de metais, representando considerável potencial de risco para o meio ambiente. Fonte: <http://www.quimica.ufpr.br/tecnotrater/chorume.htm>. Acesso em 05/05/2015;

ou permanente da audição, tensão nervosa, cefaleia, hipertensão arterial e estresse. Os autores ainda destacam que:

Um agente comum nas atividades com resíduos é a poeira, que pode ser responsável por desconforto e perda momentânea da visão e por problemas respiratórios e pulmonares (...) nem sempre lembrada, a questão estética é bastante importante, uma vez que a visão desagradável dos resíduos pode causar desconforto e náuseas (FERREIRA E ANJOS, 2001, p.692).

Sobre a questão estética, a ETR não apresenta nenhum problema mais expressivo, já que as fachadas das estações são similares aos estabelecimentos empresariais da região, inclusive com uma infraestrutura moderna (com exceção dos portões largos para a entrada e saída de caminhões carregando os resíduos). Contudo, os resíduos acumulados podem ser vistos pelos moradores da ETR de suas sacadas, mesmo com os muros altos, pois os fundos das instalações do estabelecimento fazem limite com os fundos das casas de alguns moradores.

Figura 21: Fotos da área de descarga e de armazenamento temporário dos resíduos, registradas da residência de um morador, demonstrando a proximidade da ETR com as residências.



Fonte: Cedida por morador do local (2013).

Quanto maior é a proximidade das instalações de equipamentos destinados ao manejo de resíduos de áreas populacionais, maiores serão os riscos a que essa população estará vulnerável. Sobre essa questão cabe pontuar a NBR 8419 (1992), que dispõe sobre as normas técnicas para apresentação de projetos sanitários de resíduos sólidos, e a NBR 13896 (1997), que orienta sobre os critérios necessários para projeto, implantação e operação de aterros sanitários.

A discussão sobre as normas para implantação de aterros precisa ser considerada aqui pelo fato de que as ETR ainda não estão contempladas nas normas técnicas da ABNT, mas o grau de periculosidade aos quais estão expostos os moradores de Honório Gurgel e região pela ação da ETR ‘Marechal Hermes’ permite comparação para a discussão teórica.

As normas citadas se completam já que uma não pode se implementada sem que se observe a outra. Este fato está presente nos critérios locacionais para implantação dos equipamentos. A NBR 8419 (1992) ressalta a necessidade de serem criados mecanismos de isolamento que garantem a segurança, não apenas contra a entrada de pessoas não autorizadas, mas para “coibir possíveis efeitos nocivos na vizinhança”. Assim, as NBR orientam rigorosa elaboração de mecanismos de segurança no sentido de proteger o empreendimento e a população.

A NBR 13896 dispõe, em suas orientações, para implantação e funcionamento dos aterros não perigosos, que os critérios para a localização do equipamento devem prezar pelos seguintes critérios: a) que ele cause impacto ambiental mínimo; b) que se maximizem as alternativas para a aceitação da instalação pela população, c) que a forma de implantação esteja em consonância com o zoneamento da região (no caso do Rio de Janeiro, com o Plano Diretor da Cidade); d) que o empreendimento seja utilizado por um longo tempo, utilizando o mínimo de obras para dar início a operação.

Ainda sobre a distância das regiões com densidade populacional, o equipamento deve estar, no mínimo, a 500 metros desses núcleos, considerando-se a periculosidade que representa a presença de um empreendimento com essas características, presentes muito próximos a núcleos urbanos.

Comparando essas normas com a presença da ETR em Honório Gurgel podemos elencar pelo menos dois pontos importantes: em relação à busca pela aceitação da população não houve qualquer diálogo entre empresa, prefeitura e população. Inclusive, segundo os moradores, foi dito que seria outra a função da construção. Ao acreditar que o local seria destinado à reciclagem, os moradores acreditaram que o lugar seria o destino para a separação e transformação de garrafas pet, papelões, papéis e plásticos em geral.

Em relação ao zoneamento da região é possível perceber que a ETR está, de acordo com o Plano Diretor, identificada como equipamento de localização para esse tipo de empreendimento, o que é contraditório em relação às normas da NBR.

Dessa forma, os riscos que a população de Honório Gurgel e região estão exposto indicam a emergência de ser questionada a implementação desse empreendimento na área de gestão de resíduos sólidos em sua eficiência integral, ou seja, exercer pressão sobre os agentes políticos para que esses projetos não resolvam problemas relacionados à modernização em detrimento dos “sacrifícios”¹²² aos quais algumas áreas da cidade estão submetidas com a implementação de Centrais de Tratamento de Resíduos e Estações de Transferências de Resíduos (ETR).

2.4.2.

Quando os corpos doentes representam a “negação” da qualidade de vida

Habermann e Gouveia (2008) explicam que a consideração por parte do poder público dos riscos na sociedade é importante já que valores como equidade

¹²² A expressão zona de sacrifício tem sua origem nos Estados Unidos, através da ação do movimento de Justiça Ambiental que relacionou a concentração espacial de males ambientais do desenvolvimento e desigualdades sociais e raciais naquele país. Em 1987, um estudo patrocinado pela Comissão de Justiça Racial da United Church of Christ, indicou que todos os depósitos de lixo tóxico do território americano, estavam localizados em áreas habitadas pela comunidade negra (VIÉGAS, 2006). A expressão é utilizada pelos movimentos de justiça ambiental como forma de designar as localidades com superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais e áreas de moradia de populações de baixa renda. O valor da terra é mais baixo, assim como o acesso dos moradores (com fragilidade organizacional e na representação política) aos processos decisórios, o que determina as escolhas das localizações voltadas para usos perigosos e destinação dos rejeitos urbanos e industriais. Essas áreas degradadas, contaminadas e com ausência de requisitos adequados de saneamento ambiental são, segundo RAMIRES (2008), os chamados “passivos ambientais”. (SILVA E BUENO, 2013, p. 8)

e potenciais de ocorrência de catástrofes podem ser integrados nas discussões e decisões políticas, não apenas em seu caráter técnico científico e nem valorizando somente benesses econômicas, custos e eficácia. A discussão deve levantar questões como

(...) há acesso irrestrito das populações afetadas às informações que esclareçam sobre os possíveis danos às quais estão expostas? As populações têm direito de reivindicar e modificar o destino das políticas a que foram sujeitas? Os riscos estão distribuídos equitativamente, espacialmente e socialmente, ou apenas alguns extratos se beneficiam ou se prejudicam com determinado atributo e o seu risco gerado? (p.1107)

Os níveis de vulnerabilidade socioeconômica estão entre os principais fatores associados à exposição diferencial aos riscos. De acordo com os autores, tal critério “designa maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestruturas ou ecossistemas a sofrerem algum tipo particular de agravo” (p.1107) e podem estar associados a questões individuais, sociais, político-institucionais, ou a junção destes.

Nesse sentido, o movimento de Justiça Ambiental se origina das assimetrias presentes na sociedade e discute o papel das políticas públicas frente à ação das forças de mercado que, sem a devida regulação, podem provocar a produção de iniquidades em relação aos riscos.

O movimento está voltado ao interesse em relação à distribuição dos transtornos ambientais entre os diversos estratos sociais. Essa organização está centrada na hipótese de que os perigos à saúde estão distribuídos de forma desproporcional “distribuídos entre grupos sociais mais vulneráveis, geralmente pobres e “minorias”, acarretado pelos riscos ambientais” (p.1108).

Para Acseirad (2008), a injustiça ambiental se trata de um mecanismo através do qual as sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, direcionam maior parte dos danos ambientais do desenvolvimento em direção às áreas onde estão alocadas as populações de baixa renda e os grupos marginalizados como os negros, populações tradicionais, bairros operários e demais populações em situação de vulnerabilidade.

De acordo com Silva e Bueno (2009), a mudança desses grupos de um caráter de negligenciados ambientais a sujeitos das práticas locais de forma autônoma “(...) depende de sua capacidade de organização e dos mecanismos propostos pelo Estado democrático para garantir o controle social da política pública” (p13).

Acsehrad (2008) aponta ainda que a diferença nos graus de exposição das populações aos males resultantes da degradação ambiental não pode ser explicada por causas naturais e nem unicamente históricas. Esses são fatores provenientes de processos sociais e políticos que também se distribuem de forma assimétrica. Para ele,

(...) esses efeitos desiguais ocorrem através de múltiplos processos privados de decisão, de programas governamentais e de ações regulatórias de agências públicas. Processos não democráticos de elaboração e aplicação de políticas sobre a forma (...) de prioridades não discutidas e vieses tecnocráticos, via de regra reproduzem consequências desproporcionais sobre os diferentes grupos sociais. (p.73)

Assim, a busca por combater os corpos doentes em Honório Gurgel pressupõe uma luta pela aquisição de elementos constitutivos de uma cidadania autônoma que está para além de um ambiente não degradado e com a ausência de doenças. Trata-se da busca por qualidade de vida e justiça social, que são pilares importantes para o exercício da autonomia.

Corpos doentes como os encontrados em Honório Gurgel, além de atingidos pela injustiça ambiental, representam a negação da qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro. Não são os indivíduos a negar a qualidade que eles tanto almejam, mas são as decisões políticas equivocadas a negarem essa condição sobre os seus corpos. Nesse sentido, refletir sobre a qualidade de vida e sobre o significado geral dessa noção é importante para tomarmos tal discussão como um parâmetro que deve levar em consideração as especificidades locais na implantação dos projetos no espaço.

Qualidade de vida se trata de uma noção polissêmica e está relacionada à aproximação de graus de satisfação que contemplam várias dimensões da vida humana. De acordo com Minayo (2000), o conceito pressupõe a capacidade de sintetizar culturalmente todos os elementos que uma dada sociedade relaciona ao

seu padrão de conforto e bem-estar. Seria o grau de satisfação encontrado “na vida familiar, amorosa, social e ambiental e a própria estética existencial” (p.2).

O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural (IDEM, p.2).

A mesma autora explica que a relatividade da noção em sua construção está ligada a características principais. A primeira é histórica, onde os parâmetros de qualidade de vida para a sociedade se modificam de acordo com o cenário temporal; o segundo seria o viés cultural, já que os valores e demandas são construídos e hierarquizados de acordo com a cultura e as tradições das diversas sociedades; o terceiro faz referência à estratificação social. Em sociedades fortemente heterogêneas e assimétricas, conseqüentemente, os padrões de bem-estar também serão estratificados. Para Minayo (2000), “(...) a ideia de qualidade de vida está relacionada ao bem-estar das camadas superiores e a passagem de um limiar para o outro” (p.3).

Partindo de levantamentos empíricos, a autora mostra que os valores materiais são bastante elencados dentre os fatores que os indivíduos entrevistados consideram como características da presença de qualidade de vida. “Amor, liberdade, solidariedade e inserção social, realização pessoal e felicidade, compõe a concepção dos indivíduos” (p.4).

Dialogando com a leitura de Witier (1997) para quem “o ser humano, o apetite da vida está estreitamente ligado ao menu que lhe é oferecido”, a autora indaga se a qualidade de vida seria uma mera representação social. Ela mesma responde à pergunta, “sim e não”.

Sim, pelos elementos de subjetividade e de incorporação cultural que contém. Não, porque existem alguns parâmetros materiais na construção desta noção que a tornam também passível de apreciação universal (MINAYO, 2000, p.4).

A autora completa a justificativa escolhendo o sim e o não simultaneamente, explicando que o degrau material mínimo e universal para a discussão da qualidade de vida está ligado à satisfação das demandas mais básicas da vida humana como a alimentação, habitação, acesso à água potável, educação,

a saúde e o lazer, que se constituem como elementos materiais que fazem referência às noções de bem-estar, conforto e realização pessoal e coletiva.

Da mesma forma, fatores como exclusão social, desemprego e violência são relacionados com a negação da qualidade de vida. Assim, essas categorias se tratam, portanto, de “componentes passíveis de mensuração e comparação, mesmo levando-se em conta a necessidade permanente de relativizá-los culturalmente no tempo e no espaço” (MINAYO, 2000, p.4).

Para nos debruçarmos sobre a validade desse conceito, recorreremos aos trabalhos produzidos pelo grupo de pesquisa sobre qualidade de vida integrada à Organização Mundial de Saúde (OMS), a fim de legitimar essa discussão como um valor universal defendido por um órgão de atuação e alcance global.

2.5.

A qualidade de vida como ferramenta na busca por empoderamento

De acordo com Fleck (2003), o grupo de estudo sobre Qualidade de vida, da divisão de saúde mental da OMS, definiu qualidade de vida como:

(...) a percepção do indivíduo de sua posição na vida do contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (WHOQOL GROUP, 1994 *apud* FLECK, 2003, p.19)

Para a construção desse conceito que não se trata de um consenso, foram levados em consideração três aspectos fundamentais, por cientistas de diferentes culturas, para esse construto: “(1) subjetividade; (2) multidimensionalidade; (3) presença de dimensões positivas (ex. mobilidade) e negativas (ex. dor)” (FLECK, 2003, p.20).

A partir da discussão desses aspectos, a pesquisa científica construiu e relacionou uma lista de domínios e subdomínios (facetas) para discussão, através de técnicas de grupo com os entrevistados e a produção de diferentes amostras¹²³. Após o estudo e comparações, foi elaborado um instrumento de avaliação de qualidade de vida traduzido em diversos idiomas. A versão em português do

¹²³ Para a melhor compreensão sobre os construtos de qualidade de vida, consultar a obra de Fleck, Leal, Lousada *et al* (1999).

documento (WHOQOL-100) foi desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, no Departamento de Psiquiatria e Medicina legal.

A tabela 12 apresenta os domínios e os subdomínios a eles correspondentes. Cabe ressaltar que um estudo pautado na qualidade de vida e na saúde através do resgate do empoderamento dos atores locais pode contemplar, na prática, todos os domínios e facetas elaborados pela OMS, já que em todos os domínios estão facetas que interferem direta e/ou indiretamente nas condições de vida das populações, não apenas em relação ao binômio saúde-ambiente, mas também em relação às características materiais e imateriais que vão propiciar ou tolher as possibilidades de atuação culturais, políticas e sociais na transformação dos espaço em que vivem.

Contudo, para clarificar a discussão do objeto em questão será evidenciada, na análise empírica a ser apresentada no próximo capítulo, as facetas pertencentes ao domínio V (ambiente) e suas facetas. Acreditamos que a discussão pautada nesse atributo seja elementar no que concerne o contexto socioambiental de Honório Gurgel.

Além disso, o domínio V é um dos mais elementares na discussão das necessidades materiais que discutimos aqui já que viver em ambientes saudáveis e dispor de segurança física, qualidade de serviços de saúde, melhores condições infraestruturais são anseios dos moradores do bairro.

Tabela 12: Domínios e facetas do WHOQOL – Grupo de Estudo Qualidade de Vida e Saúde Mental (OMS).

DOMÍNIOS	SUBDOMÍNIOS OU FACETAS
1. FÍSICO	1. Dor e desconforto
	2. Energia e fadiga
	3. Sono e repouso
2. PSICOLÓGICO	4. Sentimentos positivos
	5. Pensar, aprender, memória e concentração
	6. Autoestima
	7. Imagem corporal e aparência
	8. Sentimentos negativos
3. NÍVEL DE INDEPENDÊNCIA	9. Mobilidade
	10. Atividades da vida cotidiana
	11. Dependência de medicação ou de tratamentos
	12. Capacidade de trabalho
4. RELAÇÕES PESSOAIS	13. Relações pessoais
	14. Apoio social
	15. Atividade sexual
5. AMBIENTE	16. Segurança física e proteção
	17. Ambiente no lar
	18. Recursos financeiros
	19. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade
	20. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades
	21. Participação em, e oportunidades de recreação/lazer
	22. Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima)
	23. Transporte
6. ASPECTOS ESPIRITUAIS / RELIGIÃO/ CRENÇAS PESSOAIS	24. Espiritualidade/religião/crenças pessoais

Fonte: Fleck, 1999, p.23.

Dessa forma, pensar a qualidade de vida implica discutir a eficiência das políticas públicas através das quais ela chega (ou deveria chegar) até a população, indo ao encontro das necessidades materiais dos cidadãos, e podendo promover, consequentemente, o bem-estar contemplado nos aspectos não materiais dessa noção.

A busca pela qualidade de vida, aliada aos princípios de sustentabilidade, preconizados pelos projetos já apresentados neste trabalho deve aliar uma verdadeira participação da população no planejamento a fim de alcançar em sua

gestão, a implementação dessas políticas, de forma a promover justiça social, respeito aos direitos humanos e, conseqüentemente, qualidade de vida.

Na próxima seção será realizada a interlocução teórica através das discussões empíricas pautadas no levantamento dos parâmetros acerca da percepção da presença ou ausência da qualidade de vida obtida nos levantamentos de campo.

Acredita-se ser este um caminho possível para discutir proposições sobre uma prática autônoma do poder político pelos moradores que resistem, e também sobre como a cultura política pode tornar os atores resignados em sujeitos que resistem.